

ANEXO I – Minuta do Requerimento

Unai,.....de.....de.....

Ao Conselho Municipal do Idoso – CMI

Prezado Conselho atendendo ao EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO CMI Nº 01/2021, encaminhamos o projeto“” para apreciação do Conselho Municipal do Idoso - CMI, objetivando captar recursos através do Fundo Municipal do Idoso de Unai. Esclarecimentos acerca do projeto supracitado, poderão ser prestados pelo (a) Sr(a) ... pelo (s) telefone (s)ou endereço eletrônico.....

Atenciosamente;

FULANO(S)

Presidente, Diretor, Gerente, Coordenador da Entidade ou Programa/Secretário Municipal (poderá constar mais de uma assinatura se for o caso)

ANEXO II
FOLHA DE ROSTO

01	IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO:
A	Nome do Projeto:
B	Modalidade de Proposta:

02	ORGANIZAÇÃO DASOCIEDADE CIVIL – OSC PROPONENTE DO PROJETO	
Nome:		
CNPJ nº:		
Endereço:		
Cidade:	Estado:	CEP:
Telefone:	E-mail:	
Nome Responsável Legal:		
Telefone:	E-mail:	
Registro no CMI nº:	Validadedo Registro:	
Registro no CMAS nº:	Validadedo Registro:	

03	RESUMO DAS INFORMAÇÕES:
A	Local/Endereço/Região de Atuação do Projeto:
B	Objetivo Geral:
C	Breve descrição do projeto:
D	Nº de Beneficiários (direto) atendidos:
E	Valor total do Projeto:
F	Valor da contra partida (quando houver)
G	Duração do projeto (nº meses):
H	Nome do responsável pelo Projeto:

ANEXO III – Descrição Técnica do Projeto

PLANO DE TRABALHO DESCRITIVO – PARA CAPTAÇÃO DE RECURSO JUNTO AO FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO DE UNAI – ANO 2021

1-IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE			
		CNPJ:	
Endereço:	Bairro:	Tel:	CEP
Pessoas de Contato:	Endereço de Contato:		
Município: Unaí-MG	Banco	Agência: NºdaConta:	
Registro SEDESE:	CMAS: CNAS: CMI:	Declaração de Utilidade Pública: Municipal: Estadual: Federal:	
Nome do representante Legal:	Cargo	Data Vencimento do Mandato	
1.1- Apresentação da Entidade:			

2- CARACTERIZAÇÃO DA PROPOSTA:		
2.1 – Nome do Projeto:		
2.2 – Fundamentação Legal:	Tipo de Atendimento:	Período de Execução:
2.3 – Caracterização do Projeto: Objetivo Geral: – Objetivos Específicos: 2.4 – Justificativa:		

2.5 – Metodologia:

3– Público beneficiado:

4 - Cronograma de Execução:

Atividades	Meses											
	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez

5 – Planilhas de Custos:

-Recursos Humanos

Descrição	Quantidade	Tempo de Execução	Carga Horária Unit			Total R\$
			Valor/Hora R\$	Semanal R\$	Mensal R\$	
TOTAL:						

– Materiais Permanentes:

MATERIAIS PERMANENTES				
QUANT.	REF.	PRODUTO	VR.UNIT.	VR.TOTAL
		TOTAL		

– Materiais de Consumo:

MATERIAIS DE CONSUMO:				
QUANT.	REF.	PRODUTO	VR.UNIT.	VR.TOTAL
		TOTAL		

- Plano Geral Aplicação dos Recursos:

PLANO GERAL DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS PARA O EXERCÍCIO DE 2021	
TOTAL GERAL:	

- Recursos Financeiros

Especificação	ValorR\$	%	Observação
Solicitado ao CMI			
Disponível para o CMI			
Custo Total Aproximado do Plano de Trabalho			

LOCAL E DATA:

Unai/MG ____ / ____ / ____

6-Venho submeter à apreciação do CMI o presente Projeto, tendo em vista a demanda de atividade de socialização e convivência para o público da pessoa idosa.

Assinatura do Representante Legal do Departamento Municipal de Assistência Social

Nº Identidade

CPF

Unai/MG, ____ de ____ de ____

7- RESERVADO ÀO CMI

Lei Federal:	Lei Municipal:
--------------	----------------

Unidade Gestora do Fundo	N.º da Contado FMI:
--------------------------	---------------------

Mandato atual do CMI:

8 - RESERVADO ao Conselho Municipal do Idoso de Unaí

Unidade Gestora do:	Gerência
---------------------	----------

– Parecer do Grupo de Trabalho Avaliador:

Grupo de Trabalho Avaliador

– Aprovação do CMI:

Resolução n.º:

Aprovado em: ____ / ____ / ____

– Encaminhamento do CMI

Unaí, ____ de ____ de ____

Presidente do CMI

Conferido por:

Técnico

CPF

Data ___/___/___

Autorizado por:

Gestor do Fundo Municipal do CMI

CPF

Data ___/___/___

8.1 – Observação

ANEXO IV – Minuta da Declaração

DECLARAÇÃO

DECLARO estar ciente da obrigatoriedade da (Organização da Sociedade Civil ou Programa Governamental) proponente do projeto“ _____”, _____ de divulgar o apoio do Conselho Municipal do Idoso(CMI), através do Fundo Municipal do Idoso de Unaí, por meio de radio difusão, imprensa escrita e internet (redessociais), constando a parceria existente com este Conselho, conforme o seguinte modelo:

Unaí,.....de.....de.....

FULANO(S)

Presidente, Diretor, Gerente, Coordenador da Entidade ou Programa/Secretário Municipal (poderá constar mais de uma assinaturas e for o caso)

ANEXO V

MINUTA DO TERMO DE FOMENTO Nº/2021

Termo de Fomento que entre si celebram o MUNICÍPIO DE UNAÍ e a (OSC), mediante as cláusulas e condições seguintes:

MUNICÍPIO DE UNAÍ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 18.125.161/0001-77, com sede na Praça JK, s/nº, Centro desta cidade de Unaí, Estado de Minas Gerais, neste ato representado por seu Prefeito, José Gomes Branquinho, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 187.310.746-34 e portador da cédula de identidade 308.357/DF, doravante denominada simplesmente **MUNICÍPIO**, e (OSC)....., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº situada no endereço....., nesta cidade de Unaí, Estado de Minas Gerais, neste ato representada por seu representante legal o Sr.(a) brasileiro(a), inscrito(a) no CPF sob o nº e portador(a) da cédula de identidade órgão expedidor, denominada **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, acordam e ajustam firmar o presente **TERMO DE FOMENTO**, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014, Lei Municipal nº 3.084/2017 e demais normas pertinentes, observando-se ainda as cláusulas a seguir, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO - O presente Termo de Fomento tem por objeto a execução de, conforme Edital de Chamamento Público nº 01/2021 – CMI- FMI.

Parágrafo Único – Integra o presente instrumento, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, o Plano de Trabalho proposto pela **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, constante do

CLÁUSULA SEGUNDA– DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - Os recursos necessários para a execução da parceria correrão à conta de dotação orçamentária consignada na classificação institucional funcional programática nº Ficha do orçamento do presente exercício.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS FINANCEIROS – Para a consecução da parceria, o **MUNICÍPIO** assume o compromisso de repassar à **ORGANIZAÇÃO DASOCIEDADE CIVIL** a importância de R\$ (..... reais), conforme cronograma de desembolso constante do Plano de Trabalho.

Parágrafo Único - Os recursos serão liberados desde que a **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL** esteja regular quanto à prestação de contas de recursos já

repassados pelo **MUNICÍPIO** e ausente qualquer impropriedade prevista no art. 48 da Lei Federal 13.019/2014.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES

4.1. O **MUNICÍPIO** obriga-se a:

- a) Assegurar os recursos financeiros necessários à execução da parceria, segundo o cronograma de desembolso, observado o disposto na Lei Federal nº 13.019/2014 e nas normas pertinentes;
- b) acompanhar, monitorar e avaliar a execução da parceria, prestando à **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL** o apoio técnico necessário ao eficaz desenvolvimento das atividades;
- c) exercer a atividade normativa, monitoramento e controle da parceria, inclusive através de análise de relatórios, entrevistas, aferição dos índices de atendimento dos usuários e visitas in loco, nos locais de execução da parceria;
- d) analisar propostas de reformulação do plano de trabalho, desde que apresentadas previamente, por escrito, acompanhadas de justificativa e que não impliquem mudança de objeto;
- e) prorrogar de ofício a vigência do Termo de Fomento, quando houver atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado, desde que ainda haja plena condição de execução do objeto e que a **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL** não esteja inadimplente com a prestação de contas ao Município;

4.2. A **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL** obriga-se a:

- a) executar diretamente o objeto da parceria em sua integralidade, conforme Plano de Trabalho, nos termos da legislação pertinente, assumindo todas as obrigações legais decorrentes e responsabilizando-se por eventuais danos causados a terceiros;
- b) propiciar os meios e as condições necessárias para que os agentes da administração pública, do controle interno, do Tribunal de Contas e, quando for o caso, do apoio técnico solicitado pelo Município tenham livre acesso aos documentos e locais relativos à execução do objeto do presente Termo de Fomento, prestando as informações solicitadas e mantendo o Município informado sobre quaisquer eventos que dificultem ou interrompam a execução da parceria;
- c) movimentar na conta bancária indicada exclusivamente os recursos liberados pelo Município, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços, não sendo permitido pagamento em espécie, por força do artigo 53 da Lei Federal nº 13.019/2014;
- d) realizar as despesas para execução do objeto da parceria dentro da vigência deste instrumento, prestando contas dos recursos recebidos impreterivelmente até 30 (trinta) dias após a liberação de cada parcela, juntamente com os relatórios de execução do objeto e de execução financeira e cópias dos documentos comprobatórios;
- e) aplicar automaticamente em cadernetas de poupança, fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública os recursos enquanto não empregados na sua finalidade;
- f) devolver os saldos financeiros remanescentes ao final do Termo de Fomento, bem como restituir os recursos nos casos previstos na Lei Federal nº 13.019/2014, quando não

for executado o objeto da parceria, quando não for apresentada a prestação de contas no prazo exigido e quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida no presente instrumento, fazendo-o no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, acrescidos de juros legais e correção monetária, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Municipal;

g) responsabilizar-se exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e pessoal, conforme art. 42, XIX, da Lei Federal nº 13.019/2014;

h) responsabilizar-se exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto neste Termo de Fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária do Município a inadimplência da **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL** em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução, nos termos do art. 42, XX, e do art. 46, §3º, da Lei Federal nº 13.019/2014;

i) estar regular, durante a vigência deste Termo de Fomento, perante as Fazendas Municipal, Estadual e Federal, bem como junto à Justiça do Trabalho, INSS e FGTS;

j) suportar com recursos próprios toda e qualquer despesa excedente aos recursos financeiros transferidos pelo Município;

l) adequar a execução do objeto da parceria segundo orientações da Comissão de Monitoramento e Avaliação, objetivando aprimorar os procedimentos e a gestão adequada e regular da parceria.

CLÁUSULA QUINTA – Fica reservada ao MUNICÍPIO a prerrogativa de assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, conforme previsão do art. 42, XII, e art. 62 da Lei Federal nº 13.019/2014.

CLÁUSULA SEXTA – A execução da parceria será acompanhada e fiscalizada pelo Gestor designado, que apontará as deficiências verificadas, as quais deverão ser sanadas pela **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, devendo esta proceder às correções e os ajustes necessários à fiel execução da parceria.

Parágrafo único - Gestor da parceria - Fica nomeada como Gestora a servidora Cláudia Maria de Oliveira, Secretária Municipal do Desenvolvimento Social e Cidadania, para acompanhar e fiscalizar a parceria decorrente do presente instrumento, com as atribuições previstas no artigo 61 da Lei Federal nº 13.019/2014 e artigo 36 da Lei Municipal nº 3.083/2017, nos termos do Decreto Municipal nº 4.609/2017.

CLÁUSULA SÉTIMA - PRAZO – O Termo de Fomento ora celebrado terá vigência até de de 2022, podendo ser prorrogado na forma da lei.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO - Este Termo de Fomento poderá ser denunciado, por escrito, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, e rescindido de pleno direito por inadimplemento de quaisquer de suas cláusulas, por descumprimento das normas estabelecidas na Lei Federal nº 13.019/2014, pela superveniência de norma legal ou fato que o torne material ou formalmente inexecutável ou ainda, unilateralmente, pelo MUNICÍPIO quando o interesse público o justificar, imputando-se às partes as

responsabilidades e as obrigações decorrentes do prazo em que tenha vigido e creditando-lhes os direitos adquiridos no mesmo período.

CLÁUSULA NONA – DAS VEDAÇÕES – Este Termo de Fomento deverá ser executado com estrita observância às normas pertinentes e às cláusulas avençadas, sendo vedado inclusive:

- a) utilizar recursos para finalidade alheia ao objeto previsto no Plano de Trabalho;
- b) utilizar recursos para custear despesa realizada em data anterior à vigência da parceria;
- c) alterar o Plano de Trabalho sem prévia apreciação e aprovação do Município;
- d) remunerar, a qualquer título, com recursos vinculados à parceria, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública municipal, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau.

CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS - Pela execução da parceria em desacordo com o Plano de Trabalho ou com a legislação específica, o **MUNICÍPIO** poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL** as sanções de:

I - advertência;

II - suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da administração pública municipal, por prazo não superior a dois anos;

III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

Parágrafo primeiro: A sanção estabelecida no inciso III do caput deste artigo é de competência exclusiva do Prefeito Municipal, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- Para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Termo de Fomento, é obrigatória a prévia tentativa de solução administrativa, por força do artigo 42, XVII, da Lei Federal nº 13.019/2014, ficando desde já eleito o foro da Comarca de Unaí, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem justos e de acordo, firmam o presente instrumento, para que possa produzir os seus legais e esperados efeitos.

Unai, de de 2021.

Prefeito Municipal

Organização da Sociedade Civil

Gestora da Parceria

TESTEMUNHAS

1- _____

CPF:

2- _____

CPF:

ANEXO VI – Cronograma Oficial

CRONOGRAMA OFICIAL	
Período de inscrição (habilitação)	24/05/2021 à 24/06/2021
Avaliação das propostas (projetos)	28/06/2021 à 30/06/2021
Notificação das OSC	01/07/2021
Respostas às notificações	05/07/2021
Análise	06 e 07/07/2021
Resultado final com homologação	08/07/2021